



O PROGRAMA BOLSA- FAMÍLIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: algumas considerações e desafios

Érica Terezinha Vieira de Almeida¹
Rayana Fonseca Ferreira de Sá Monteiro²

RESUMO

Quem é o trabalhador assistido pelo Programa Bolsa Família (PBF) no município de Campos? De que maneira e sob quais condições esses trabalhadores estão inseridos no mercado de trabalho? Essas são algumas questões que orientam a nossa pesquisa junto às famílias beneficiárias do PBF no município de Campos. Nossa atenção recai sobre as condições de trabalho e de reprodução social dessas famílias, considerando a sua relevância para a compreensão das condições atuais de uma parcela significativa da classe trabalhadora, em especial, daqueles mais empobrecidos, assim como das suas estratégias de reprodução em face de uma proteção social restrita e precária.

Palavras- Chaves: Bolsa Família – Trabalho - Direitos

ABSTRACT

Who are the workers assisted by “Bolsa Família” Program at Campos dos Goytacazes? In what ways and under which conditions are they inserted in labor market? These are some of the points that lead our research on families who benefit from BFP in Campos County. Our attention is aimed to the labor and social reproduction conditions of those families, regarding its relevance to understanding present conditions of a major part of the working class, particularly the poorest ones, as well as their reproduction strategies under downsizing and precarious social protection conditions.

Keywords: Labor - Rights – Bolsa Família

1-Introdução:

O processo de reestruturação na cadeia produtiva do açúcar e do álcool, em Campos, nos anos 80, provocou uma perda considerável de postos de trabalho no campo e nas unidades industriais, estimada em cerca de 20 mil postos de trabalho (CRUZ,

¹ Doutora. Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos). ericalmeida@uol.com.br

² Estudante. Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos). rayanamonteiro@hotmail.com



1992), o que fez aumentar a taxa de desemprego no município que, segundo o IBGE (Censo/2000), variava em torno de 16% da PEA (população economicamente ativa), ou seja, 28 mil trabalhadores. Entre as principais ocupações encontravam-se aquelas ligadas ao à Construção Civil, à Agricultura e Pecuária e aos Serviços Domésticos, atividades precarizadas e que, tradicionalmente, vem concentrando segmentos de trabalhadores pobres com baixíssima escolaridade e quase nenhuma qualificação profissional. Destaca-se, ainda, o caráter precário e excludente do mercado de trabalho local, haja vista a preponderância de relações informais, sem carteira assinada e, conseqüentemente, sem os direitos trabalhistas e previdenciários, de baixos salários e, ainda, de um imenso exército de “sobrantes”, formado majoritariamente por uma força de trabalho saída da cana e que, atualmente, não tem mais aquele caráter transitório e sazonal, tendendo a se tornar um contingente de “supérfluos” para o capital.

O aumento do desemprego e das formas disfarçadas de desemprego (subemprego) associado à diminuição da renda e à superexploração da força de trabalho no município vem contribuindo para a permanência e reprodução de um padrão de desigualdade e de exclusão social. E mais, a ausência de uma Política de Emprego associada à Política de Educação, com ênfase no aumento da escolaridade juvenil e na formação profissional desse segmento, em especial, para aqueles pertencentes às famílias de trabalhadores pauperizados faz com que estes não superem o quadro de baixa escolaridade dos seus pais e, tampouco, tenham melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho local e regional, esse último polarizado, atualmente, pelos grandes investimentos nacionais e transnacionais.

Ainda que a economia do petróleo na Bacia de Campos, há mais de 30 anos, tenha implicado na abertura de milhares de postos de trabalho e fomentado a economia regional, sobretudo o setor de comércio e serviços, ela não tem sido capaz de enfrentar as desigualdades sociais e regionais e nem foi capaz de promover a integração social na região, sobretudo dos segmentos de trabalhadores de menor escolaridade. Ao contrário, qualificada como “economia de enclave” essa atividade produtiva não tem sido suficiente para enfrentar as velhas e novas expressões da “questão social”, reproduzindo no cenário regional as mesmas seqüelas das atividades econômicas tradicionais que concentram riqueza e, por conseguinte, sustentam a concentração também do poder político,



reproduzindo *ad eternum* as oligarquias regionais, “velhas” (ligadas à cana) e “novas” oligarquias (aquelas ligadas às atividades econômicas ascendentes e aos *royalties*)³.

Paradoxalmente, esse aumento não tem revertido na melhoria da rede de proteção social, sobretudo, no que se refere aos serviços e bens coletivos, como saneamento básico, moradia popular, saúde e educação e, tampouco, na promoção do direito ao trabalho e à renda. Aliás, no campo da geração do trabalho e da renda, chama atenção a ausência de uma Política Pública de Emprego para além dos subsídios à cana e à indústria e que leve em consideração as tendências do mercado de trabalho regional, as necessidades sociais dos desempregados e subempregados, sobretudo daquele segmento mais vulnerabilizado e, ainda, as iniciativas coletivas e os empreendimentos associativos para além do emprego assalariado, como o apoio aos assentamentos de reforma agrária e à agricultura familiar.

Nesse sentido, interessa-nos conhecer quem é o trabalhador assistido pela Assistência Social, em especial, pelo Programa Bolsa Família (PBF) no município, isto é, de que maneira esses trabalhadores se inserem no mercado de trabalho, quais as configurações deste mercado de trabalho, em que situação e sob quais condições essas famílias se reproduzem socialmente e, ainda, se o PBF tem contribuído para a inclusão econômica e, por conseguinte, para a autonomia econômica desses trabalhadores e trabalhadoras ou se vem reiterando uma inclusão subalternizada e precarizada ao mercado de trabalho e, por último, mas nem por isso menos importante, de que maneira o PBF vem contribuindo para a efetivação concreta dos direitos sociais dos seus beneficiários. Essas são algumas das questões que orientam a nossa pesquisa junto às famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Como se pode observar, nossa atenção recai sobre as condições de reprodução social dessas famílias, considerando a sua relevância para a compreensão das condições atuais de trabalho de uma parcela significativa da classe trabalhadora, em especial, daqueles mais empobrecidos, assim como das suas estratégias de reprodução em face de uma proteção social restrita e precária.

³ O orçamento municipal aumentou de 37, 2 milhões, em 1994, para 600 milhões de reais, em 2004. A partir de 2006 ele superou a marca de 1 bilhão de reais.



2- Desenvolvimento:

A partir dos dados do Cadúnico⁴, foi possível traçar um pequeno perfil das famílias inseridas no PBF em Campos e que serviu de orientação para a formulação das questões do formulário a ser aplicado. 94% dos titulares do PBF são mulheres, coincidindo com a média nacional, já que a titularidade do cartão é concedida preferencialmente às mulheres. Ainda sobre os responsáveis, 64,5% deles são pardos ou negros, coincidentemente o mesmo índice que o nacional. Sobre a distribuição espacial, 71% dos domicílios encontram-se em áreas urbanas, contra 29% nas áreas rurais, este último, um pouco maior que o percentual apresentado para esse mesmo item no Brasil, que é de 22%.

As famílias inseridas no Programa Bolsa Família em Campos são constituídas, majoritariamente, de trabalhadores inseridos precariamente no mercado de trabalho. O índice de pessoas ocupadas com idade superior a 14 anos atinge 38,5% do total de pessoas nesta mesma faixa etária, distribuídas da seguinte maneira: 42,5% fazem biscate⁵, 20% são autônomos sem contribuição para a previdência, 18% são assalariados com

Para 2011, o orçamento será de 1 bilhão e 900 milhões de reais.

⁴ O Cadúnico ou Cadastro Único dos beneficiários dos Programas socioassistenciais do governo federal inclui todos os beneficiários com renda até ½ salário- mínimo. Nele encontram-se também os beneficiários do Programa Bolsa Família. Este Cadastro é gerido pelos municípios, a quem cabe a inclusão dos beneficiários desde que observados os critérios de renda.

⁵ Não é novidade que o biscate assuma a liderança entre os trabalhadores ocupados e beneficiários do PBF. Observando o perfil ocupacional da população de baixa renda em Campos nas décadas de 80 e 90, CRUZ destaca que a sazonalidade do trabalho na lavoura, aliada à itinerância do regime de trabalho, e à “liberdade” da ausência do vínculo empregatício, torna a força de trabalho em Campos um grande exército de “biscateiros”, que alterna, permanentemente o trabalho na lavoura com o biscate na serventia doméstica, na construção civil, no comércio ambulante, ou na prestação de serviços como bombeiro, gasista, eletricista, jardineiro. (Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. IN: Boletim técnico do SENAC. Vol. 18. nº 3, set./ dez. de 1992, p.170). Continuando, cabe ressaltar que o formulário do Cadúnico não apresenta a alternativa biscate e, sim, outros. Em constantes conversas com os coordenadores do PBF no município e com os Assistentes Sociais que acompanharam as entrevistas, eles afirmaram que a alternativa “outro” era marcada quando a pessoa trabalhava por conta própria, mas em diversas atividades, sem vínculos e de modo bastante intermitente, o que caracteriza o biscate.



carteira assinada, 5,5% são assalariados sem carteira assinada, 5,4% são autônomos com contribuição para a previdência e apenas 2,6% são trabalhadores rurais. Entre os homens (80%), 32% fazem biscate, 22% são assalariados com CTPS, 16% são autônomos sem previdência, 5% são trabalhadores rurais e 5% são assalariados sem carteira assinada. Entre as mulheres (83%), 47% disseram que não trabalham contra 25% disseram que fazem biscate, 10,24% que trabalham como autônoma sem previdência e 0,66% que responderam que são trabalhadoras rurais. Vale registrar que 27% das mulheres com mais de 60 anos ainda trabalham; a maioria em atividades intermitentes e precarizadas (biscates). Entre os homens, esse índice chega a 77%; a maioria em biscates ou como autônomo sem previdência.

Ainda que o critério de renda exigido pelo Programa defina, *à priori*, um perfil mais geral das famílias, isto é, famílias em situação de pobreza extrema, o CadÚnico tem permitido a apreensão de algumas particularidades relacionadas às desigualdades regionais. No caso de Campos, destaca-se o caráter precário e excludente do mercado de trabalho local, haja vista a preponderância de relações informais, de baixos salários e, ainda, de um imenso exército de “sobrantes”, formado, majoritariamente, por uma força de trabalho saída da cana. A perda da centralidade da atividade sucroalcooleira com a reestruturação produtiva do setor que culminou com o fechamento de mais de quatro dezenas de usinas e com a diminuição da área de plantio da cana, mudou o perfil do mercado de trabalho local que, atualmente, não tem mais a sazonalidade como a sua principal característica. Além disso, a perda dos postos de trabalho na atividade sucroalcooleira fez com que a ocupação na cana deixasse de ser a principal ocupação entre os trabalhadores mais pobres. Como se pode observar, 2,6% das pessoas ocupadas no PBF responderam que são trabalhadores rurais. Aliás, os indicadores das décadas de 80, 90 do século passado e dos anos 2000 já identificavam a queda no número de trabalhador rural entre os trabalhadores de baixa renda de Campos (com renda familiar até 3 salários – mínimos).⁶

⁶ Em 1983, em plena entressafra, o trabalho na agricultura aproximava-se do trabalho de serventia doméstica (empregada doméstica, faxineira e lavadeira) e na construção civil (pedreiro, ajudante, servente), em quantidade de pessoas ocupadas. Na safra, não há dúvida de que o trabalho na agricultura quase que monopolizava o emprego. [...] No entanto, em 1991, o trabalho na agricultura, em



Sobre o ano de inclusão das famílias beneficiadas, os dados do CadÚnico informam que 28% delas (6.733 mil) foram incluídas no ano de 2005. Nos anos que se seguiram o município promoveu um conjunto de iniciativas voltadas para a inclusão em massa dos beneficiários, contratando serviços de terceiros para realizar visitas domiciliares nos bairros e distritos com concentração de famílias de trabalhadores pauperizados. Em 2006, foram incluídas mais 24% das famílias (5.710 mil); em 2007 mais 13% (3.063 mil), no ano de 2008 mais 23,5% (5.627 mil) e em 2009, mais 9% do total (2.149 mil). Se considerarmos os indicadores oferecidos pelo IBGE/Censo de 2000 sobre as pessoas que possuíam renda familiar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* e, portanto, possíveis beneficiárias do CadÚnico, veremos que o município de Campos avançou consideravelmente no processo de inclusão das famílias ⁷.

Considerando o tempo de vínculo dessas famílias ao Programa, cabe-nos problematizar qual tem sido o papel do mesmo na garantia dos direitos, além do seu papel estratégico no que se refere à priorização dessas famílias nos Programas e Agendas Públicas dos governos locais. Quanto ao acesso aos direitos sociais fundamentais, não temos muitas novidades: - 57% das famílias têm domicílio próprio contra 38% que disseram que vivem de aluguel ou de empréstimo. Se compararmos com os dados do município (Censo de 2000) podemos observar que o índice de domicílios

plena safra, caiu para o 3º posto, indo o trabalho de serventia doméstica para o 1º, ficando o emprego na construção civil em 2º lugar (CRUZ. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. IN: Boletim técnico do SENAC. Vol. 18. nº 3, set./ dez. de 1992, p.171). Os dados do FIBGE dos anos 70 e 80 demonstram que o emprego na agropecuária chegava a 36,8% e 30,3% respectivamente. A pesquisa do CEPECAM (1991) com famílias de baixa renda residentes nas áreas urbanas, apontou que 10,7% desses trabalhadores permaneciam nas atividades relacionadas à cana. Em 2000 (IBGE/Censo), 6,7% dos trabalhadores com renda até 3 salários-mínimos estavam ocupados como trabalhadores agropecuários, florestais, de caça ou pesca. Em 2009, o cadÚnico nos revelou que só 2,6% dos trabalhadores ocupados do PBF (com idade acima de 14 anos) disseram que são trabalhadores rurais.

⁷ Segundo dados do Mapa do Fim da Fome II, elaborado pela FGV a partir dos micro-dados do IBGE de 2000, em Campos, 30,37% das pessoas tinham renda familiar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que equivalia a aproximadamente 123.724 mil pessoas. Se considerarmos este mesmo índice para 2010, teremos como meta algo em torno de 141 mil pessoas com renda até $\frac{1}{2}$ salário – mínimo. Em dezembro de 2009 haviam 33.556 mil domicílios inscritos no CadÚnico, o que equivalia a, aproximadamente, 134 mil pessoas. Como podemos observar, o município atingiu um índice bem próximo da universalização.



próprios era de 76,3%, o que nos mostra o déficit de moradia entre os trabalhadores de menor renda, sem considerar os problemas relativos às condições da moradia. Um outro dado importante vem da Pesquisa de Orçamento Familiar/IBGE (2008/2009). Segundo a mesma, o item habitação foi responsável por 35,9% das despesas mensais das famílias, subindo para 37,2 quando se tratava de famílias de menor renda.

No que se refere ao acesso aos serviços de saneamento básico, só 56% têm acesso à água encanada e aos serviços de esgoto e fossa séptica. Se verificarmos os dados do IBGE/Censo 2000, observaremos que o acesso aos serviços de água encanada, em Campos, chega a 86% e à rede de esgoto ou fossa séptica à 62,64%. Embora baixos essas taxas são bem superiores aos 56% dos domicílios assistidos pelo Programa Bolsa Família no município, o que demonstra que a pobreza no Brasil não pode ser analisada apenas a partir dos indicadores de renda (ou melhor, da falta dela), devendo incorporar, sobretudo, a desigualdade de classe no acesso aos equipamentos públicos e aos direitos fundamentais, como saneamento, moradia, educação e saúde. A forma desigual de participação nas políticas públicas também tem sido determinante no modo como essas pessoas acessam os seus direitos e participam da vida pública, contrariando a idéia de um espaço público acessível e democrático, do tipo habernasiano.

Enquanto um primeiro momento de aproximação, as informações oriundas do CadÚnico nos apresenta uma situação de extrema privação dos direitos por parte dos seus beneficiados, chamando a atenção para o conjunto de desafios aos quais o Programa Bolsa Família deve responder. Em síntese, a maioria desses desafios, como veremos adiante, é fruto do modo precarizado e subalternizado pelo qual esses trabalhadores se inserem no mundo da produção associado à ausência dos direitos sociais. Daí, a necessidade de avaliarmos tal programa não apenas a partir da lógica do acesso ao consumo, sobretudo pela via do crédito, mas a partir da lógica do direito ao trabalho e à remuneração justa, à educação de qualidade e à qualificação profissional dos mais jovens, à saúde, à moradia, ao saneamento e outros direitos sociais, ferramentas imprescindíveis na transformação das condições de vida dessas famílias.

Um outro aspecto que também merece atenção, diz respeito aos arranjos familiares e, por conseguinte, às estratégias de reprodução acionadas pelas famílias. Cabe lembrar, inicialmente, que 94% daqueles que se consideraram responsáveis pela família nas entrevistas eram mulheres. Entre os responsáveis, 52% disseram não residir



com companheiro (a), o que nos leva a concluir que a renda da maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família em Campos (52%) é proveniente do trabalho de apenas de um dos responsáveis. Ainda que os estudos que vinculam vulnerabilidade e famílias monoparentais mereçam maiores problematizações, esses arranjos (geralmente mulheres sem cônjuges, com filhos) chamam atenção pela forma particular como se dá o processo de reprodução social de suas famílias, sobretudo em se tratando de trabalhadoras pobres. Além das atividades relacionadas à reprodução da força de trabalho familiar, as mulheres são tradicionalmente demandadas para assumir as atividades de proteção, cuidado e educação dos filhos, tarefas cada vez mais solitárias. É espantosa a desproporção entre o número de mulheres e de homens na faixa etária entre 25 e 60 anos entre os beneficiários do PBF em Campos. As mulheres representam 65% contra apenas 35% de homens, demonstrando que a pobreza tem sexo.

Como se não bastassem as duplas jornadas de trabalho, as mulheres, sobretudo as mais pobres, não tem contado com o apoio do Estado, pela mediação das políticas sociais de apoio à família como as creches, as escolas de tempo integral e outras iniciativas. Segundo relatório da OIT e PNUD ⁸, a presença da mulher no mercado de trabalho (atualmente são mais de 100 milhões de mulheres trabalhando na América Latina e Caribe) tem gerado uma tensão entre o trabalho e a família. As duplas jornadas aliadas à ausência de serviços e equipamentos públicos voltados para a proteção e apoio à família tem sobrecarregado as mulheres dessa região. Segundo o relatório, esta tensão entre trabalho e vida familiar tem gerado problemas de renda, compromisso e estabilidade nos postos de trabalho, detendo as conquistas em matéria de igualdade de gênero e afetando a qualidade de vida de todos. O relatório afirma ainda que a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho revelou a existência de uma rigidez nos papéis de gênero, a desvalorização das tarefas domésticas e a percepção de que o cuidado familiar e da casa deve ser assumindo de forma exclusiva pelas mulheres.

Avesa a qualquer perspectiva moralista (de que “lugar de mulher é em casa”), o convívio familiar e, em especial as mulheres, tem sido a principal vítima das extensas

⁸ Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social. Relatório elaborado para a região latino-americana e caribenha pela OIT (Organização Internacional do trabalho) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 2008.



jornadas de trabalho com baixíssimos rendimentos, uma associação que tem feito com que as trabalhadoras fiquem cada vez mais tempo longe de casa. Além disso, a preocupação com os filhos e a responsabilidade com a sua educação e com a construção de um futuro mais promissor para eles, nem sempre é compartilhada, seja com o companheiro, seja com o Estado. Talvez, isso explique a diminuição da média de filhos entre as mulheres mais pobres também. Se acrescentarmos os dados referentes à média de pessoas por domicílios (04) e ao número médio de filhos por família (02), observamos que estes se aproximam cada vez mais da média nacional que vem decrescendo nas últimas décadas e se igualando aos países europeus.

3- Conclusão:

Não há dúvida de que o Programa Bolsa Família possibilitou uma melhor distribuição da renda do trabalho e o acesso de segmentos significativos da população em situação de pobreza ao consumo e ao crédito ⁹, todavia, as pesquisas indicam que o PBF não tem conseguido promover o acesso dos assistidos às políticas públicas fundamentais como habitação, educação e saúde, nem tampouco, ao emprego, requisitos fundamentais à superação da pobreza e indispensáveis à cidadania. Além disso, a manutenção do critério de renda (até 140 reais *per capita*) vem impedindo que uma grande parcela de trabalhadores empobrecidos tenha acesso aos programas e benefícios socioassistenciais, mantendo o caráter ainda restritivo e excludente da Seguridade Social brasileira.

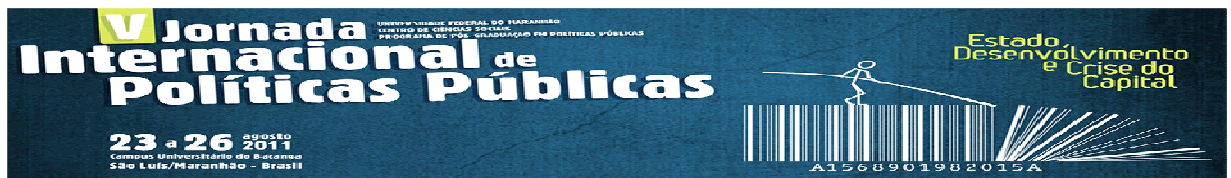
Um outro aspecto que merece destaque é o de que a renda do PBF não é a única e nem a principal renda da família. As entrevistas demonstram que mesmo entre as mulheres que não possuem cônjuge, a renda do PBF não é a única renda. Na maioria das vezes, ela aparece associada à atividades informais, intermitentes e mal remuneradas. Esta informação é relevante para se contrapor à idéia de que os

⁹ Alguns analistas têm hipervalorizado o crescimento do mercado de consumo interno graças à incorporação das chamadas classes C, D e E. Eles se esquecem de que esse crescimento se deu à custa do endividamento dos trabalhadores de menor poder aquisitivo, favorecendo a lucratividade dos agentes financeiros e o empobrecimento dos trabalhadores de menor renda.



beneficiários do PBF seriam não-trabalhadores ou de que o Programa gera uma dependência por parte dos beneficiados, levando os mesmos a trocarem o trabalho pela assistência, como já fora apresentado, diversas vezes, pelos meios de comunicação. Para muitos, embora o valor do benefício seja “pequeno” ou “muito baixo”, ele é um recurso “certo”, “seguro”, ao contrário das relações que vigoram no mercado de trabalho informal, relações de incerteza e de insegurança, que gera cada vez mais preocupação e medo. A compreensão dessa realidade é fundamental para entendermos a lógica que move o trabalhador ou a trabalhadora beneficiado (a) do PBF, quando eles abrem mão de um emprego com carteira assinada. Na sua matemática, a assinatura da carteira, quase sempre em atividades temporárias e mal remuneradas, tem implicado, muitas vezes, na diminuição da renda familiar, considerando a perda dos recursos “certos” do programa, haja vista o critério de renda exigido pelo governo na seleção dos beneficiários. Diferente do que denunciam os principais meios de comunicação, o programa não desestimula o mercado formal, ao contrário, a crescente insegurança do mercado de trabalho atual e os efeitos negativos da precarização e dos baixos salários acabam reforçando o papel da transferência de renda no orçamento familiar, mesmo que ela não seja a única e nem a principal renda.

Conceber a Assistência Social como uma política capaz de enfrentar a pobreza e as demais sequelas da “questão social”, sobretudo na configuração que ela assume no início deste século, implica em atribuir-lhe um significado que ela não pode realizar sozinha. Segundo Mota (2008), trata-se da “fetichização da Assistência”. Esta crença incorre num outro grave equívoco, o de pensar a pobreza apenas como insuficiência de renda, esquecendo-se das demais determinações estruturais, dentre elas, só para citar as principais, a desigualdade na distribuição da renda nacional e da terra, gerando baixo valor da força de trabalho, além das inúmeras formas de precarização e uma imensa dívida no que se refere à efetivação dos direitos sociais fundamentais. Lamentavelmente essa não tem sido a tendência das chamadas políticas de nova geração que não têm a erradicação da pobreza como meta porque não se destinam a erradicar os mecanismos que produzem e reproduzem a desigualdade social no país. Ao não operar voltado para a redistribuição da renda entre o capital e o trabalho, para a geração de postos de



trabalho decentes e para a valorização da política do salário –mínimo e da garantia dos direitos e, ainda, da distribuição da terra e do protagonismo político das classes subalternas, as novas políticas sociais acentuam a sua natureza residual e focalizadora, reforçando o seu papel compensatório.

Bibliografia:

- ALMEIDA, E. Relatório parcial da pesquisa Assistência Social: universalização do direito ou assistencialização? - problematizando o significado atual da Assistência Social no enfrentamento da “questão social” no município de Campos dos Goytacazes/RJ. 2010.
- IBGE. *Censo Demográfico*. 2000.
- IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio*.2005.
- _____. *Pesquisa de Orçamento Familiar*. 2008-09.
- MOTA, A. E (Org.) O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.